

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 12 de abril de 2023



Nesta edição:

- **Senado aprova prorrogação de regras de Tributação em Bases Universais - TBU (MPV 1148/2022)**
- **Apresentado na Comissão de Trabalho (CTRAB) da Câmara dos Deputados o plano de trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego**
- **Grupo de Trabalho discute a reforma tributária sob perspectiva setorial: saúde e educação**

Senado aprova prorrogação de regras de Tributação em Bases Universais - TBU (MPV 1148/2022)

O **Plenário do Senado aprovou** hoje (12/04) o **texto original da MPV 1148/2022**, que amplia o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação no investimento em controlada domiciliada no exterior. A matéria consta da **Agenda Legislativa da Indústria de 2023**.

A medida **prorroga até 2024** a possibilidade de as empresas utilizarem o **crédito presumido** de 9% da renda incidente sobre a parcela positiva computada no lucro real relativo ao investimento em pessoas jurídicas no exterior. Também prorroga, pelo mesmo período, o regime **de apuração consolidada** da parcela do ajuste do valor do investimento em controlada domiciliada no exterior equivalente aos lucros por ela auferidos antes do Imposto de Renda na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL da controladora no Brasil.

É **positiva e garante a competitividade das empresas** com operações no exterior no que tange à carga tributária sobre o lucro obtido pela coligada ou controlada situada fora do Brasil. A internacionalização permite que empresas acessem novos mercados e aumentem as exportações.

A matéria segue para **promulgação**.

Apresentado na Comissão de Trabalho (CTRAB) da Câmara dos Deputados o plano de trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego

O **Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho**, apresentou o plano de trabalho da pasta ministerial em 2023.

O ministro salientou que, para a pasta, a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados (CTRAB) é a comissão preferencial de relacionamento entre Executivo e Legislativo.

O **plano de trabalho do Ministério está organizado** nos seguintes eixos:

- **Reforma Trabalhista:** formatar o Grupo de Trabalho Tripartite, com participação empresarial e confederações patronais, para valorização da negociação coletiva e eventual revisão de pontos da legislação trabalhista e da estrutura sindical. A meta é que a consolidação do resultado do trabalho seja concluída até o primeiro semestre do ano;
- **Redução da taxa de juros:** estabelecer a redução gradativa de juros, visando a geração de empregos em massa, para propiciar a retomada do desenvolvimento econômico;
- **Aumento do salário-mínimo:** a partir de 1º de maio de 2023, o valor do salário-mínimo será R\$ 1.320.00, com estabelecimento de política de retomada da valorização do salário-mínimo com definição de prazos e revisão da eficiência da política estabelecida a cada novo Plano Plurianual (PPA);
- **Qualificação profissional:** reestruturar toda a rede do Sistema Nacional de Emprego (SINE), para a reorganização do processo de qualificação profissional para intermediação de mão-de-obra. O objetivo é a formação de até 5 mil jovens, até 2026, por meio de ensino à distância nas plataformas digitais, vinculada à parceria com a Microsoft. Para isso, será necessário, também, o envolvimento dos estados e dos municípios;
- **FGTS:** sugerir uma medida que supere a impossibilidade de saque do fundo após o saque-aniversário, o qual inviabiliza a liberação integral do valor de FGTS por ocasião da rescisão contratual;
- **Regulação das atividades em plataformas:** regular as condições do trabalho e remunerações das atividades em plataformas em um único enquadramento econômico. O diálogo envolve o conjunto de trabalhadores e setores empresariais no Grupo de Trabalho Tripartite, para consolidação. A meta é a regulação ser aprovada até o segundo semestre do ano;
- **Estímulo à economia solidária:** realizar censo para identificação dos agentes da economia solidária e seus processos, envolvendo coleta e reciclagem (economia verde) para que se tornem objeto de impacto positivo no PIB brasileiro;
- **Combate ao trabalho análogo a escravo:** instituir medidas que obstruam o trabalho análogo a escravo, além de reforçar as práticas de fiscalização e combativas, pois são de extrema importância para a pasta ministerial para garantir transparência, controle social e responsabilização; e
- **Desoneração da folha:** criar um processo de desoneração gradual da folha de pagamento em larga escala, para transferência da oneração da folha conforme o faturamento da empresa, visando maior tributação àqueles que se utilizem de maior mão-de-obra. Também destacou que são inevitáveis medidas de adequação das jornadas de trabalho frente as novas realidades e demandas do mercado de trabalho.

O **Deputado Luiz Gastão (PSD-CE)** chamou atenção para a necessidade de identificar e incentivar as novas relações comerciais e atividades econômicas que estão se reorganizando no país, fator indispensável para a geração de emprego e renda. Apontou que as atividades de empresas estrangeiras e-commerce, por vezes com condições precárias de trabalho e sonegação de tributos e ações, prejudicam a competitividade econômica de indústrias brasileiras, destacando que somente empresas fortes trazem empregos fortes.

O **Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS)** destacou sua preocupação relacionada à prorrogação da desoneração da folha das cadeias produtivas, salientando que entende a importância da abertura econômica, desde que seja assegurada a competitividade econômica dos setores produtivos em meio ao cenário internacional. Nesse sentido, não se pode permitir uma carga tributária elevada para as empresas.

O **Deputado Marcelo Van Hattem (NOVO-RS)** reforçou que a Reforma Trabalhista foi instrumento essencial para a geração de emprego e renda, bem como para a segurança jurídica e, por consequência, incentivo ao empreendedorismo brasileiro. Discorreu, ainda, que nesse cenário global e dinâmico, é fundamental a possibilidade de diferentes formas de contratação e que o vínculo empregatício não pode ser a única alternativa. Por fim, defendeu a desburocratização do processo jurídico-econômico por meio da facilitação ao empreendedorismo individual e da redução das exigências previstas na CLT para contratação e manutenção no trabalho por escolha própria do empregado.

A **Deputada Geovania de Sá (PSDB-SC)** ressaltou a importância da revisão dos casos para a concessão de aposentadorias especiais e da adesão somente àqueles empregados que realmente trabalham em ambientes nocivos. Mencionou, ainda, sobre a necessidade de rever a conceituação de ambiente insalubre dentro do quadro de contratação de aprendizes, tendo em vista que o conceito atual engloba empresas que, em realidade, não o possuem e, por consequência, dificultam a contratação obrigatória e manutenção dos aprendizes.

Por fim, a **Deputada Adriana Ventura (NOVO-SP)** reforçou a importância da liberdade econômica no que tange à abertura de novas empresas e, por consequência, geração de emprego e renda.

Grupo de Trabalho discute a reforma tributária sob perspectiva setorial: saúde e educação

O **Grupo de Trabalho sobre o Sistema Tributário Nacional (PEC 45/2019)** se reuniu hoje (11/04) para continuar o debate sobre a reforma na ótica setorial, com ênfase em saúde e educação. Inicialmente, foram aprovados requerimentos acerca de realizações de audiências públicas.

Reginaldo Braga Arcuri, Presidente Executivo do Grupo **FarmaBrasil** iniciou sua fala tratando da melhoria na indústria de farmacêuticos em geral. Afirmou que é fundamental que a indústria farmacêutica brasileira preserve sua competitividade no mercado local e global, mesmo quando comparada às indústrias que recebem incentivos em seus países de origem. Afirmou que é necessário que a alíquota incidente sobre a cadeia de medicamentos não acarrete aumento de preços para o consumidor.

Fernando Silveira Filho, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde – **ABIMED** destacou a diversidade do setor da tecnologia para saúde e citou pontos positivos da reforma como a simplificação e a melhoria no padrão competitivo. Pleiteou uma alíquota neutra que coloque o Brasil a par dos países da OCDE. Ao final, criticou o atual sistema tributário brasileiro, que traz dificuldades para a competitividade da indústria nacional.

Nelson Mussolini, Presidente Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos – **Sindusfarma**, registrou o apoio à reforma tributária, com ressalvas, pois preocupa-se com o tratamento do setor no âmbito da reforma para não onerar, inclusive, o sistema público de saúde.

Mauro Grimaldo da Silva, Coordenador do Conselho de Advogados da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – **CONFENEN**, demonstrou preocupação com o impacto da reforma para a educação. O setor educacional passou por um momento delicado e teve de ser reinventado em razão da pandemia da Covid-19. Pleiteou tratamento diferenciado para o setor, além a manutenção das atuais isenções, em função da essencialidade da atividade. Mencionou também a **formação técnica profissional, importante para o desenvolvimento da indústria brasileira**.

Bruno Sobral de Carvalho, Secretário-Executivo na Confederação Nacional de Saúde – **CNSaúde**, mencionou a perda de leitos hospitalares no Brasil (entre 2010 e 2022) no setor privado e público, bem como registrou a preocupação com o tratamento do setor de saúde na reforma sobre o consumo. A reforma é essencial para simplificar o sistema tributário. Entende como necessária uma discussão sobre carga tributária que não onere o consumidor de serviços de saúde.

Foram ouvidos também, entre outros convidados, **João Caetano Muzzi Filho**, Consultor Tributário da UNIMED do Brasil; **Nelson Leitão Paes**, Assessor na Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda; **Ricardo Furtado**, Conselheiro Fiscal da CONFENEN; **Elizabeth Guedes**, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares - ANUP e Presidente da Câmara de Ensino Superior - CES da CONFENEN; e **Mônica Andreis**, Diretora Presidente da ACT Promoção da Saúde.

Nas próximas semanas a expectativa é de que tratem da reforma sob a perspectiva distributiva na ótica da economia digital e economia verde.



Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:
www.legisdata.cni.com.br

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA